

© Editions Flammarion, 2000

Editora Sulina, 2003

Título original: *Internet, et après?*

Tradução de Isabel Crossetti

Capa: *Eduardo Miotto*

Projeto gráfico e editoração: *Daniel Ferreira da Silva*

Revisão: *Álvaro Lorangeira*

Impressão: *Metrópole Indústria Gráfica Ltda.*

Editor: *Luis Gomes*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Responsável: Ginamara Lima J. Pinto CRB 10/1204

W868i

Wolton, Dominique

Internet, e depois? uma teoria crítica das novas mídias/ Dominique Wolton ; trad. Isabel Crossetti - Porto Alegre: Sulina, 2003.
232p.

ISBN: 85-205-0339-X

1. Sociologia do Conhecimento 2. Internet - Aspectos Sociais
3. Meios de Comunicação - Aspectos Sociais 4. Comunicação de Massa - Aspectos Tecnológicos I. Crossetti, Isabel II. Título

CDD: 301.161



Editora Sulina

Todos os direitos desta edição reservados
à EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101
Cep: 90035-190 Porto Alegre-RS
Tel: (051) 3311-4082
Fax: (051) 3264-4194
www.editorasulina.com.br
e-mail: ed.sulina@via-rs.net

Junho/2003

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

DOMINIQUE WOLTON

Internet, e depois?

Uma teoria crítica das novas mídias

Tradução de Isabel Crossetti



Editora Sulina

forte, é então possível legislar sobre este assunto. Há algumas referências jurídicas sobre este assunto na bibliografia deste capítulo.

*N.T. – CNIL é uma grande organização francesa instituída por lei em 1978, com objetivo de controlar e proteger os dados pessoais e as liberdades individuais ou públicas.

CAPÍTULO 4

Para acabar com a guerra das mídias

O antigo debate contra as novas mídias está então mal colocado. Deslocar a problemática permite sair da guerra religiosa segundo a qual qualquer crítica contra as novas tecnologias, e o discurso fetichista que as acompanham, significa que se é conservador e contra o progresso. As características das quais são portadoras as novas tecnologias, tanto as negativas quanto às positivas, são por si só suficientemente interessantes para que não se tenha que se justificar por ser ou não “moderno ou conservador” sendo, ou não, adúlador da tecnologia.

Com esse livro, eu quero contribuir com uma *inversão de atitude*. Sair do falso debate, antigas contra modernas; velhas contra novas mídias; progresso contra conservadorismo... diminuir a pressão da ideologia tecnológica e sugerir que a comunicação é uma grande questão. O principal do que está em jogo é: *restabelecer a comunicação como patrimônio teórico essencial* do pensamento ocidental; evitar reduzi-la aos sistemas técnicos; não se deixar enganar sobre o significado das mutações que a afetam. E, sobretudo, ter consciência que é através da capacidade de “pensar a comunicação” que o Ocidente obtém os meios para evitar que a comunicação, entrando cada vez mais na lógica dos interesses, engendre mais desigualdades e mecanismos de poder, fortemente distanciados dos ideais de liberdade e de emancipação dos quais ela foi sinônima durante vários séculos.

Nesta perspectiva, eu mantenho previamente a insistência sobre dois pontos:

1. *Não há “progresso”* na passagem das mídias de massa às novas tecnologias, a televisão não está atrasada em relação à Internet, não há uma modernidade da multimídia em relação ao arcaísmo das mídias tradicionais. Certamente houve um progres-

so técnico entre a televisão e a Internet, como houve entre o rádio e a televisão, e entre o livro e o telefone, mas este progresso técnico não basta para desencadear um progresso do ponto de vista da comunicação, pois o essencial desta não reside na performance técnica. A idealização da técnica, visível quotidianamente, remete à fragilidade de nossa cultura teórica sobre as questões da comunicação, e mais geralmente à fascinação que exerce a técnica em nossa sociedade. O desafio é sair desta definição tecnológica da comunicação e compreender que a comunicação é esta mescla de três dimensões: técnica, cultural e social. Evidentemente, alguém fascinado pela Net sonharia que este sistema desencadeasse uma nova história da comunicação na qual tudo seria rápido, interativo e individualizado. Dito isso, a história da comunicação¹ demonstra também que o essencial hoje não está neste ponto, mas sim na relação entre um sistema tecnológico, o modelo cultural individualista e a realidade social da democracia de massa. É em relação a esta problemática que devem se estabelecer teorias, e não em relação à performance maior ou menor das tecnologias.

2. *Não há oposição entre a televisão, que diria respeito à maioria, às massas, e às novas mídias que seriam relativas ao indivíduo.* Ambas geram o mesmo problema, o da relação contraditória entre a escala individual e a coletiva. Apenas elas o geram de maneira diferente. Como se viu exaustivamente, as novas tecnologias geram um sentimento de liberdade individual, mesmo que esta individualização da prática necessite da existência simultânea de uma enorme infra-estrutura. As mídias de massa, ao contrário, não se beneficiam do atrativo técnico e têm por principal função organizar a comunicação da grande maioria. As novas tecnologias fascinam evidentemente mais pelas suas capacidades de duplicar, multiplicar, o que podem fazer os indivíduos, enquanto que as mídias de massa se situam instantaneamente na escala coletiva. No mais, a performance técnica é tal que ela eclipsa as dificuldades da comunicação que qualquer um prevê na vida em sociedade. Em compensação, dentro da perspectiva de uma reflexão de conjunto sobre a comunicação, as mídias generalistas provam que o

essencial não é a performance técnica, mas sim a gestão, mais complexada, da grande maioria, da solidariedade e do vínculo social. As mídias generalistas, assim, ao contrário das novas tecnologias, permitem ver imediatamente que existe uma outra escala da comunicação, a escala coletiva, muito mais complexa que a escala individual.

O que é então interessante na comparação entre as mídias de massa e as novas tecnologias é verificar como os dois sistemas de comunicação têm, tanto um quanto outro, vantagens em relação às questões que regem, isto é, as relações entre a comunicação individual e a comunicação coletiva.

AS QUESTÕES COMUNS

São em número de cinco, é importante começar por elas, pois no contexto atual é normal repetir que não há nada em comum entre as mídias de massa e as novas tecnologias de comunicação.

A primeira é evidentemente iniciar uma reflexão teórica sobre a comunicação que considere suas três dimensões e que mostre a importância de uma *política de regulamentação*. Justamente porque as dimensões sociais e culturais são tão importantes quanto a dimensão técnica. Na realidade, a desregulamentação como filosofia de comunicação seria eventualmente aceitável caso a comunicação se reduzisse a sua dimensão técnica de transmissão. Esta dimensão técnica não é, aliás, completamente neutra e também comporta dimensões culturais; basta, por exemplo, verificar como um carro ou um telefone não tem em absoluto o mesmo impacto em duas sociedades diferentes, simplesmente porque os contextos de utilização, os modos de vida, os estilos, as relações sociais, os climas, os hábitos... são diferentes. O que dizer então das tecnologias de comunicação que mobilizam principalmente os símbolos, as referências, os códigos? Mas é justamente porque a técnica é, de todas as maneiras, inseparável das dimensões culturais e sociais que é preciso organizar a coabitação entre os sistemas de comunicação para evitar uma única lógica redutora, a da modernização. Por exemplo, não se pode em

nome da "modernização", que não quer dizer grande coisa em matéria de comunicação, impor a utilização do computador dentro do conjunto da sociedade sob o pretexto de que é mais performático e racional. Certamente o computador o é, mas as atividades humanas e sociais que ele atende não o são de maneira idêntica. Nada pior do que acreditar que a racionalidade técnica poderia modificar a racionalidade das relações humanas. A racionalidade das tecnologias de comunicação é em tudo muito mais simples, para não dizer mais pobre, do que a racionalidade dos homens e das sociedades.

A história da comunicação demonstra que se cada nova tecnologia resolve um problema anterior, ela em geral cria outros e, como a velocidade das mudanças foi muito rápida nos últimos trinta anos, é impossível dizer friamente que é necessário forçar os indivíduos a trocar o universo "arcaico" das mídias generalistas pelo universo "moderno" e performático das novas tecnologias. Se o telefone, o rádio, a televisão, o computador são idênticos de uma ponta à outra do planeta, os códigos, os estilos, os modos de comunicação são diferentes. *Existem tecnologias de comunicação globais*, não existe comunicação global. E isso é tão verdadeiro para as mídias generalistas quanto para as novas tecnologias. Existe progresso em matéria de comunicação – e ainda é preciso ser prudente no emprego da palavra – se e somente se existe um encontro entre uma inovação técnica e uma mudança de modelo cultural e de concepção da comunicação na sociedade. Estes momentos são muito raros.

A defesa do princípio de regulamentação então não é uma maneira de frear o progresso, ao contrário, é uma forma de lembrar o peso essencial das duas outras dimensões da comunicação, e que não há liberdade de comunicação sem regulamentação, isto é, sem proteção desta liberdade. Aliás, os arautos da desregulamentação são favoráveis a uma regulamentação: aquela do mercado, quer dizer, a das relações de força econômicas, a das leis da selva. A apologia da desregulamentação é de se supor que venha dos Estados Unidos, onde o sucesso crescente das novas

tecnologias parece justificar o abandono das "práticas titubeantes de uma outra era". Acabem com as regulamentações e verão ainda mais rapidamente os benefícios da explosão da comunicação. *A desregulamentação é a doença infantil da comunicação triunfante.* Seus efeitos ainda são apenas pouco visíveis, uma vez que os países mais pobres não perceberam a amplitude da nova desigualdade em curso. O "free flow" lhes permitirá acessar as "migalhas" da circulação mundial da informação, da qual eles serão apenas os usuários, mas jamais se tornarão seus atores. O problema, aliás, não mudou depois de dois séculos: o poderoso sempre clama pelo livre comércio, pois lhe é favorável, salientando que será favorável a todos, e esquecendo de dizer que o será em proporções desiguais.

Se os Estados Unidos, primeira potência econômica e financeira do mundo e mestre-de-obras das indústrias da informação e da comunicação, são evidentemente os campeões da desregulamentação, é triste constatar que a União Européia tenha dificuldades em resistir a essa ideologia. Contudo, regras internacionais são o único meio de minimizar os riscos ligados a esta mundialização das condições de comunicação, causa de novos e profundos fatores de desigualdades. Certamente haverá computadores e rede em todos os lugares, mas a desigualdade se dará de duas maneiras. Primeiramente impondo um único modelo cultural: milhões de homens e mulheres não terão outra escolha do que abandonar práticas de trabalho, de serviços, de relações, para se modernizarem e se converterem à utilização de técnicas concebidas em outros modelos culturais. E, por outro lado, toda a inovação, a engenharia, se realizará em outro lugar. Estes países terão a possibilidade de se equipar e utilizar as redes, mas o conjunto da economia cognitiva, intelectual, técnica permanecerá em outras mãos. Da mesma forma que o acesso de um grande número de usuários às novas tecnologias não bastará para que se diga que se trata de uma tecnologia "grande público", assim como a mundialização do acesso à rede não significa de maneira nenhuma uma repartição mundial mais equitativa das riquezas técnicas ou humanas.

Mas, além de seu papel na redução das desigualdades, a regulamentação serve também para lembrar que a comunicação não pode nunca ser reduzida, como fazem tantos autores, a uma problemática da *transmissão*, isto é, apenas a sua dimensão técnica. Encontra-se sempre o mesmo desafio: destecnologizar a comunicação para aniquilar esta idéia sedutora, porém simplificadora, segundo a qual o essencial da comunicação se resume à performance de um sistema de transmissão. Se o essencial da comunicação se reduzisse à técnica, os cinemas, as rádios, as televisões proporiam os mesmos programas em todo o mundo; ora, o que se observa é exatamente o contrário: os *conteúdos* são radicalmente diferentes, e são justamente estes conteúdos, estes estilos, estes gêneros que constituem o essencial. Existem certamente regras comuns a cada tecnologia de comunicação, mas o mais importante é a maneira com que cada cultura se reapropria da técnica em relação ao seu universo social, mental e cultural, como o demonstram desde sempre os historiadores e os antropólogos.

Vê-se, aliás, o desafio em nível mundial: os Estados Unidos reivindicam ruidosamente a desregulamentação, justificando que, sendo as tecnologias mundiais, a comunicação deveria ser mundial, "desembracada" das fronteiras culturais nacionais, mas eles mesmos praticam um estrito nacionalismo cultural. Para eles, o importante no plano mundial é não mais separar a dimensão técnica das duas outras dimensões, culturais e sociais, para conseguir, em um segundo momento, vender os programas em nível mundial. Preservar a regulamentação é então a única maneira de lembrar a necessidade de pensar a comunicação em suas três dimensões e não mais reduzi-la a sua dimensão técnica. Há uma possível mundialização das tecnologias de comunicação; por isso pode-se ter a mundialização das indústrias culturais, mas não torna possível uma mundialização da comunicação.

A segunda questão diz respeito às relações entre comunicação funcional e comunicação normativa à luz da globalização. O risco evidentemente é que o sucesso das novas técnicas amplie o sentido funcional em detrimento do sentido normativo. Para que

as aplicações sejam mundiais, é preciso que sejam suficientemente simples e padronizadas, então funcionais, em detrimento da dimensão normativa que se baseia, enquanto tal, no respeito às diferenças. O que conduz à união entre fabricantes de softwares nacionais e das linguagens de programação: em nível mundial, a concorrência neste mercado se reduz atualmente a uma luta entre, de um lado, o grupo constituído pela AOL, Netscape, Sun e Java e, de outro, o pólo Microsoft². O que está em jogo nesta batalha, está bem claro que é o controle de acesso à Internet através dos "portais" que são os principais pontos de acesso à rede disponibilizada pela Microsoft e AOL-Netscape, e onde as rendas publicitárias são consideráveis. O processo aberto pelo governo americano contra o monopólio da Microsoft em 1998 é revelador da dimensão deste movimento de padronização. Para dizer de outra maneira, é justamente o sucesso da Net e das multimídias que obriga a uma reflexão sobre as condições que se deve satisfazer para que a mundialização da comunicação não se faça acompanhar da vitória definitiva da dimensão funcional.

Sob este ponto de vista, existe uma diferença fundamental entre a idéia da cidade global que remete à comunicação funcional e à ideologia tecnológica e a idéia da comunidade internacional que remete à comunicação normativa, e então ao horizonte de uma coabitação cultural. O tema cidade global não confunde apenas técnicas e conteúdo, como também o interesse das indústrias de comunicação com a realidade filosófica e sócio-histórica dos usuários destas tecnologias de comunicação. No mais, reforça um dos inconvenientes do mundo moderno: a defasagem entre uma abertura crescente ao mundo e a permanência de diferenças geográficas e socioculturais irreduzíveis. Não existe, na realidade, público internacional, mas somente públicos nacionais que, de tempos em tempos, consomem produtos internacionais. *Quanto mais os produtos são internacionais, mais é preciso preservar as identidades culturais*. É reforçando estas identidades que se evita uma padronização internacional da comunicação, que somente poderá suscitar por reação revoltas e conflitos.

Uma reflexão crítica sobre os perigos da mundialização se impõe, no momento em que vinte anos de globalização da economia e de investimentos conduzem à crise monetária e financeira de 1997-1998. Se a desregulamentação e a mundialização dos investimentos tornaram-se, com a ciranda especulativa, um real fator de instabilidade, pode-se imaginar os desequilíbrios que serão gerados no futuro pela mundialização da informação e da comunicação, dos quais a guerra do Golfo em 1990-1991 deu uma ligeira amostra! A constatação é realmente implacável: se para uma lógica do interesse que é o investimento a globalização e o gigantismo econômico constituem fatores de crise, prevê-se as desordens que provocarão a informação e a comunicação, com dimensões muito mais contraditórias que as do investimento, uma vez que mesclam constantemente lógica dos valores e dos interesses!

Para dizer de outra maneira, a mundialização da comunicação coloca dois problemas: por um lado, o coeficiente entre comunicação funcional e normativa e os respectivos papéis que desempenham as mídias generalistas e as novas tecnologias em relação a estes dois tipos de comunicação; de outro lado, a tomada de consciência sobre o risco de que a mundialização da informação e da comunicação tornem-se fatores poderosos de instabilidade e de conflitos.

A terceira questão comum diz respeito a uma reflexão sobre o estatuto da sociedade individualista de massa, que gera duas dimensões contraditórias: a da liberdade e a da igualdade, em suas respectivas relações com as mídias de massa e as novas tecnologias. Se a oposição entre liberdade individual e igualdade da maioria é real, ela não cobre totalmente a oposição entre antigas e novas mídias. Os dois tipos de mídias são de fato confrontados com o mesmo tipo de problema: revalorizar a problemática da maioria, mesmo que uma e outra não a abordem da mesma maneira. A questão é simples: por que, apesar da política, da cultura e da comunicação de massa gerarem a *mesma* questão, a da maioria, assintomas à degradação da referência normativa a esta idéia mesmo de maioria? Admira-se o sufrágio universal, louva-se a realização da

cultura de massa (por exemplo, o museu do Louvre, o Centro George Pompidou ou as grandes exposições mundiais), mas sempre se denuncia o efeito de padronização das mídias de massa. *Por que a maioria é valorizada para a política, para a sociedade ou para a cultura e desvalorizada para a comunicação*, quando se está em todas estas situações diante do desafio de nossa sociedade: a articulação entre a escala individual e a escala coletiva?

A quarta questão diz respeito a uma reflexão sobre os públicos e a recepção. A partir do momento que as duas escalas de público, individual ou coletiva, não são significativas, uma vez que cada um de nós circula permanentemente de uma escala à outra, a questão que se coloca é aquela de uma reflexão qualitativa sobre a recepção. Visto que as novas tecnologias vão favorecer o fracionamento da oferta, aí compreendendo o âmago das mídias generalistas, e que a evolução do comportamento dos públicos obrigará também a introduzir uma reflexão mais qualitativa. A simples audiência será cada vez menos significativa. O público, cada vez mais crítico³ e exigente em suas escolhas, não hesitará em desencadear comportamentos às vezes contraditórios, obrigando a uma nova reflexão a seu respeito. Da mesma forma que a maioria é amplamente o impensado da democracia de massa, o público permanece amplamente o impensado da comunicação de massa, os espectadores sendo relegados a alguns estereótipos e a uma única lógica, a da audiência.

Na verdade, a lógica quantitativa que permitiu resolver o problema da maioria na política (sufrágio universal), na comunicação (audiência), na opinião pública (pesquisas) é atualmente amplamente insuficiente. Ela deve na política, assim como na opinião pública e na comunicação, ser completada por uma problemática mais qualitativa. E, reencontra-se aqui, ironia, ou sutileza da história, a questão do grande público⁴. Ele é um dos conceitos-chave da democracia, considerado um pouco rápido demais como "ultrapassado" pelas técnicas quantitativas, ainda que traduza na *ordem* da comunicação a questão teórica do que é o público e a maioria na era da democracia de massa. Reabilitar,

revisitar o conceito grande público é um dos desafios comuns às mídias generalistas e às novas tecnologias. *O grande público e o sufrágio universal são conceitos do mesmo nível* e traduzem a mesma ambição de democracia, na ordem da cultura e da política, respectivamente.

Enfim, o último desafio comum diz respeito a uma reflexão a ser aberta sobre o papel que a televisão pode ter na sensibilização dos públicos às novas tecnologias. Estas, contrariamente aos ferrosos discursos de autopromoção dos fãs, dos jornalistas e dos políticos, permanecem ainda em um pequeno gueto, enquanto que a televisão tem uma extraordinária experiência de vulgarização e de comunicação em grande escala. A partir do momento em que se compreende que não há uma real oposição entre os dois tipos de mídias, pode-se vislumbrar o papel que poderia desempenhar a televisão para sensibilizar o maior número de pessoas a esta nova economia da comunicação oferecida pela Internet. Ela reencontraria assim seu papel educativo no sentido largo do termo, que corresponde ao que ela faz em outros domínios desde sempre. Mediadora privilegiada para a maioria no acesso ao mundo, ela seria também a mediadora para o acesso ao mundo da multimídia⁵.

OS DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS MÍDIAS DE MASSA

É essencial que se chame a atenção sobre eles no momento em que a moda das novas tecnologias move tudo, fazendo crer que a televisão já esteja destinada ao museu. Os perigos de uma desestabilização da televisão são tão graves quanto sua legitimidade sempre foi contestada, e a reflexão a seu respeito, sobretudo, limitada. Estes desafios são em número de quatro.

1. *Afirmar uma maior ambição para a televisão pública na Europa.* É preciso fazer um rápido retrospecto sobre os últimos quinze anos para compreender o que aconteceu, pois a televisão pública, contrariamente às novas tecnologias, já está inscrita na realidade histórica e social. Globalmente, a situação da televisão pública é atualmente melhor na Europa do que há uns quinze anos, quando as elites, os profissionais e os poderes públicos estavam

fascinados com a chegada da televisão privada. O setor público, por falta de inspiração e de orientação, estava, aliás, em grande parte a reboque do setor privado a ponto de se ter verdadeiramente o sentimento de que a idéia de televisão pública seria relegada ao departamento de acessórios.

Aconteceu no passado com o conceito de televisão pública o que hoje se pensa sobre as mídias de massa em relação às novas tecnologias. A televisão pública era “ultrapassada” ontem, como são hoje “ultrapassadas” as mídias de massa. Mas por fim a televisão pública manteve-se. Devido sem dúvida menos à qualidade de seus programas – perguntava-se seguidamente onde estava a diferença – do que pela fidelidade do seu público. Foi o público que, na Europa, salvou a televisão pública⁶, pelo menos na mesma medida que os poderes públicos, os dirigentes ou os programas. Segundo aspecto positivo, a independência dos jornalistas em relação ao poder político aumentou, ampliando um movimento de concorrência público-privado que já tinha começado anteriormente. Enfim a idéia de uma regulamentação foi aceita através do artifício da criação de instituições do tipo Conselho Superior do Audiovisual, principalmente com uma intervenção nos programas para jovens e contra a violência.

Os aspectos negativos são relativos à ausência de ambição de uma política europeia para o audiovisual. As novas mídias interessam muito mais à União Europeia do que as mídias tradicionais, ainda que a relação dos usuários seja de um para cem. A ausência de interesse para o desenvolvimento da televisão na Europa apenas reencontra o escasso interesse que sempre existiu a seu respeito. Esta ausência de ambição europeia, que se traduz por uma posição hesitante sobre o direito autoral, as co-produções europeias e a exceção cultural diante dos Estados Unidos, conforta estes últimos pela idéia de que a Europa penderá logo para a desregulamentação. Esta mesma ausência de uma ambição europeia para as mídias se traduz também pela incapacidade em dar à Euronews o estatuto de um grande canal de informação, para a Europa, como também para suas fronteiras do Leste e do Sul.

Como pretender construir a maior democracia do mundo, com 370 milhões de habitantes, sendo incapaz de conceber um grande canal de informação? Esta ausência de ambição se vê também na dificuldade da França, ao contrário da Grã-Bretanha, em ter uma política ambiciosa em relação ao Leste, Europa do Sul e, de uma maneira mais geral, à francofonia. Trata-se de um desafio ao mesmo tão importante quanto a criação da CNN para a defesa dos interesses americanos.

2. Em seguida não aceitar o argumento do discurso tecnológico segundo o qual o futuro da comunicação está do lado da supremacia da demanda, em relação à oferta audiovisual. O digital e a Internet não ameaçam o papel da televisão, eles lhe dão uma oportunidade de se mostrar capaz de reafirmar a diferença de sua filosofia, revalorizando a problemática grande público, através de uma lógica da oferta. Afirmar a perenidade do papel da televisão supõe evidentemente uma reflexão crítica sobre as novas tecnologias, para ser capaz de salientar seus pontos fortes e fracos, assim como uma renovação de doutrina para reafirmar a especificidade da televisão. Não somente o universo da multimídia não condena a televisão, como a reforça: em um sistema de comunicação, no qual tudo estará à disposição, de maneira temática, interativa e paga, a grande força da televisão consistirá em continuar a oferecer gratuitamente uma grade generalista, a mais ampla possível, para o maior número espectadores. É no caráter generalista e amplamente aberto para todos os programas, as faixas etárias e os meios sociais que reside a grandeza da televisão em um universo fragmentado em todos os lugares. Deste ponto de vista, depende um lapso delicioso: *lowa-se a rede e a web* como símbolos da liberdade, quando existe mesmo uma idéia contraditória entre a idéia de liberdade e a realidade da rede. Simultaneamente, se desconfia da grade dos programas, que se liga ao universo da prisão, ainda que a *grade* de programas é, ao contrário, o meio de organizar e de valorizar o maior número de programas oferecidos ao maior número de pessoas.

A singularidade, a força e a originalidade da televisão generalista serão então muito mais visíveis amanhã em um universo

individualista e multimídia que o são hoje, justamente porque a diferença será mais flagrante. Defender a televisão generalista quando está em posição dominante pode não convencer; mas amanhã, quando os usuários, europeus principalmente, terão testado, experimentado as virtudes e os limites de um universo multissegimentado, eles compreenderão a importância das mídias generalistas. Dito de outra maneira, contrariamente aos discursos amplamente dominantes segundo os quais a televisão generalista foi ultrapassada pelas novas tecnologias, *é preciso dizer que as mídias generalistas, centradas na oferta, têm futuro diante delas*. Quanto mais houver mídias por segmento, mais a diferença e o papel essencial das mídias generalistas serão visíveis e passíveis de serem enfim valorizados. O problema hoje é, aliás, exatamente o inverso do que é anunciado. Não são as mídias generalistas que estão ultrapassadas, elas são por outro lado culpadas por serem hesitantes, conformistas, não sendo suficientemente nem generalistas nem inventivas, dando acesso a programas que refletem a fascinante heterogeneidade de nossas sociedades. As novas tecnologias não ameaçam de forma alguma a televisão, desde que os políticos, os dirigentes e as elites deixem o adesismo e a fascinação no que diz respeito às novas mídias para *se lembrar* do papel fundamental desempenhado pelas mídias generalistas, imprensa escrita, rádio e televisão, em uma democracia. As novas mídias, o capital e a desregulamentação ameaçam a principal mídia generalista, a televisão, em proporção direta à pouca reflexão e valorização da qual ela é objeto há uns quinze anos. Se a comunicação não fosse reduzida à técnica, se fossem levadas em conta suas dimensões sociais e culturais, ninguém pensaria que as novas tecnologias pudessem conduzir ao desaparecimento da televisão!...

Aliás, o desafio no que diz respeito ao lugar das mídias generalistas é muito menos importante nos países ricos do Norte, onde tudo está disponível e onde os públicos por fim farão sua escolha, do que nos países pobres do Sul. É evidente que nestes países onde as estruturas coletivas e simbólicas foram violentamente destruídas em um meio século o papel das mídias

generalistas, das quais em primeiro lugar está o rádio que é pouco oneroso, é criar o tecido social e cultural. Existe algo de dentro em propor a países, cujas identidades culturais e comunitárias são amplamente destruídas, uma corrida em direção às tecnologias individualizantes. Seria desprezar toda a questão do "estar junto", da consciência coletiva, e principalmente fazer crer que a posse de um grande número de computadores seria a condição para a recuperação econômica. Há muitas inverdades e leviandade no que diz respeito ao lugar das novas tecnologias nos países pobres. Não se trata tampouco de lhes deixar para trás em matéria de equipamentos e quanto à utilização de computadores, trata-se sobretudo de não reduzir a complexa questão da recuperação econômica àquela da taxa de equipamento das novas tecnologias, principalmente em matéria de comunicação. A escolha não é entre o rádio, a televisão e a multimídia; trata-se de escolher principalmente entre a prioridade concedida à defesa de uma comunidade cultural e política através das mídias clássicas e uma corrida contra o tempo, em nome da modernidade, em direção das mídias interativas cuja lógica é bastante diferente das tradições de informação e de comunicação de várias regiões do mundo. Refere-se aqui à África, ao Oriente Médio e o Oriente Próximo, à Ásia e à América Latina. Salvar o rádio e a televisão é então um desafio não somente para a comunicação, mas também para a democracia e pode-se fazer a seguinte previsão: se o curso relativo ao fim da televisão como um grande instrumento de comunicação se impõe, isto simplesmente significará que se reduz a comunicação a sua dimensão técnica, e que ninguém teve a coragem de reivindicar o estatuto da comunicação generalista, emblemática das dimensões sociais e culturais da democracia de massa que permanece como o grande desafio do século XXI.

3. O terceiro desafio diz respeito ao estabelecimento de uma regulamentação específica da televisão. Não somente a sua criação é essencial para proteger o audiovisual europeu em relação à indústria americana, e a televisão generalista em relação à televisão temática, como também para valorizar a televisão pública em

relação à televisão privada. E o desafio é exatamente o mesmo em termos mundiais. Na realidade a televisão não é mais ameaçada pelas novas tecnologias do que o é pela televisão temática ou os serviços pagos, desde que lhe sejam dados os meios de existir e assumir a concorrência. A capacidade de defesa, na Europa, das televisões generalistas e de um certo equilíbrio público-privado são os dois testes de aptidão das democracias de massa para preservar uma certa ambição para o que permanece uma das condições essenciais para equilíbrio destas.

4. Isto passa também por um profundo movimento de *valorização da televisão* por si, de seus códigos, de seus programas, de suas ambições e de seus profissionais, cujas competências são largamente subestimadas. É isto independente do inegável problema da renovação dos estilos dos programas, das imagens, dos modelos. É preciso que haja uma ambição para a televisão, assim como os programas sejam nivelados por cima, senão corre-se o risco de conduzir a um processo que ameaça desde uns quinze anos: a persistência de programas médios e gratuitos nos canais generalistas e o surgimento de programas interessantes e ambiciosos nos novos suportes, de maneira mais ou menos paga: enfim, uma televisão com dois pesos e duas medidas? O fato, aliás, de que a abundância de técnicas e a supremacia dos interesses econômicos possam conduzir a uma intensificação das desigualdades culturais, instaurando mídias duais, em relação a uma época quando as técnicas eram menos performativas e os recursos limitados, deveria levar a uma reflexão sobre a ambiguidade do progresso tecnológico. *Não há ligação direta entre abundância tecnológica e progresso.*

De uma certa maneira, o triplo desafio da desregulamentação, das novas tecnologias e da Europa será o meio de operar um *sobressalto doutrinal* em favor da televisão, fiel companheira da democracia de massa. A menos que inversamente os argumentos técnicos, econômicos e culturais ligados à diversificação dos gostos não justifiquem o abandono de toda e qualquer ambição cultural para a televisão.

Dito de outra maneira, a televisão é um teste para o problema bem mais geral de saber se a explosão da comunicação será por fim objeto de um trabalho teórico. Se existir, permitirá distinguir o que separa a lógica dos interesses da lógica dos valores. Se este trabalho teórico não for realizado deve-se temer que a lógica dos interesses triunfe definitivamente.

OS DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Simétricos aos da televisão, estes comportam três dimensões.

1. *As técnicas não bastam para criar a comunicação.* Claro que a transmissão, cada vez mais rápida, nos dois sentidos, suscita uma forma de comunicação, mas é preciso ademais um projeto e um modelo cultural. Enfim, a "multiconexão" não é por si só um projeto de comunicação e um grande número de transmissões não acarreta forçosamente uma maior comunicação. Na realidade é necessário, o mais rápido possível, *banalizar os novos serviços*, o que ocorrerá rapidamente com a queda dos preços e a generalização das aplicações. Considerando todos os aspectos, o mesmo ocorreu com a televisão e o rádio. Certamente resta a complexidade de utilização, muito maior neste caso do que para as mídias de massa, mas é possível supor que a banalização do uso permitirá sair da lógica da performance para fazer surgir tudo o que separa a comunicação técnica da comunicação humana. Em definitivo, se a comunicação se reduziu a uma troca performativa, racional, rápida e livre de informações, não sealaria mais de "problemas de comunicação", nem de "incomunicabilidade". O drama com os seres humanos é que eles não se contentam com informações; eles são portadores de emoções, nunca interpretam da mesma maneira as informações e têm dificuldades, principalmente, em distinguir informação de boatos.

Essas defasagens permitem compreender toda a oposição entre comunicação funcional e comunicação normativa. Se a globalização da economia e a mundialização das tecnologias de comunicação encontram, na comunicação funcional, as condições para suas realizações, compreende-se que a outra dimensão da

comunicação, aquela ligada a um certo universalismo, a construção de um projeto de "comunidade internacional", seja mais difícil de realizar. Justamente porque remete ao ideal da comunicação normativa, quer dizer, a busca, muito mais difícil, de uma certa intercompreensão entre os homens.

Esta é a razão pela qual tudo o que se baseia na performance e na rapidez de transmissão seja adequado à comunicação funcional e às pressões da globalização da economia, ainda que a lentidão da comunicação, freqüentemente ilustrada pelas mídias de massa em oposição à Internet, remeta às dificuldades de intercompreensão. Na oposição entre a velocidade da informação e o vagar da comunicação encontra-se toda a questão de *relacionamento com o outro*. À medida que este possa ser reduzido a uma lógica econômica, ou a uma performance técnica, tudo pode se dar rapidamente. Mas tudo se torna mais lento quando se trata de indivíduos reais, e de coletividades reais, pois nestes casos a intercompreensão é sempre menos performativa, e mais complexa, do que a lógica das conexões. É essencial distinguir o que separa a lógica da transmissão e seu complemento, a eficácia, da lógica da comunicação e a dificuldade da intercompreensão.

2. Em seguida, é necessário iniciar rapidamente uma reflexão sobre o tipo de informação produzida por estes sistemas técnicos. Principalmente para mostrar a impossibilidade de uma informação transparente. Certamente, sendo o acesso livre, facilita para quem sabe utilizar os sistemas, o problema não é então o acesso à informação, mas sim a capacidade em saber o que procurar. O contexto de competência é essencial. De que adianta acessar a biblioteca do Congresso se não se sabe o que buscar, se não se conhece os Estados Unidos, se não se tem nenhuma relação com este universo, se não se sabe o que fazer com estas informações? *Se não se tem a competência para assimilar o aprendido, os sistemas de informação e de conhecimentos erguerão outros tantos muros intransponíveis.* Principalmente o que se acessa diretamente sem intermédio de um professor ou de um pesquisador que sempre facilitam acessar o que não se conhece. Aqui não há mais um

introdutor, um intermediário, como sempre houve em toda a história. Se está “em contato direto” com a imensidão do saber da humanidade. Onde está o progresso? Acessar diretamente a informação e o conhecimento coloca problemas bem mais radicais do que fazer por si mesmo as compras no supermercado, fazer reservas de passagens aéreas, consultar sua agência bancária ou fazer compras pela Internet. Na realidade, coloca-se tudo no mesmo patamar. Confunde-se o fato de que se pode acessar tudo isso pelo mesmo terminal, com as imensas diferenças de estatuto do que é acessado. *Não é porque se pode, através do mesmo terminal, fazer compras e acessar a Biblioteca Nacional da França que as competências exigidas ao usuário são equivalentes. É preciso sair da ideologia do direto e do it yourself. Pode-se sozinho montar um móvel em kit, não se pode por si mesmo acessar diretamente o conhecimento. É preciso tempo, muito tempo, e as novas tecnologias nos fazem sonhar que é possível economizá-lo, é necessário também intermediários humanos. Destes, em primeiro lugar os professores, que são considerados insistentemente pelos ministros da Educação como “freios” ao progresso, apenas porque estes professores têm uma concepção de didática um pouco mais complexa do que a que se opera nas máquinas. Os professores, assim como os documentalistas, sobre os quais eu não canso de repetir que se trata de uma profissão essencial, largamente desvalorizada, e indispensável no futuro para se navegar nas redes, pois qualquer um que já tenha experimentado compreende as dificuldades e as limitações. Aliás, começa-se a perceber a força de emancipação e de progresso que existe no estatuto dos intermediários. A emancipação não reside mais em suprimir os intermediários, mas, ao contrário, em reconhecer o seu papel.*

Para dizer de outra maneira, a facilidade de consulta e de acesso à informação expõe às claras a questão evidentemente cultural e muito mais complexa dos meios cognitivos que dispõe o indivíduo para contextualizar a informação e dela se servir. O acesso direto não muda em nada a divisão e a hierarquia dos conhecimentos. É o antes e o depois-informação que coloca problema, e às vezes a in-

formação mesmo. Em matéria de informação e de comunicação, os itens são ao menos tão significativos quanto os canais sobre os quais se inscrevem – o que sabem todos os linguistas, todos os psicólogos e em geral todos aqueles que trabalham a transmissão do saber e da cultura. Relativizar a performance do acesso direto é indispensável, mesmo que este acesso seja por si uma proeza técnica, pois na maior parte das vezes a questão mais importante não diz respeito ao acesso em si. Possibilitar o acesso à informação é um progresso, mas não é o suficiente para criar uma certa igualdade, pois o que procurar e para fazer o quê? Estas questões remetem diretamente às competências supostas ao usuário e, portanto, às desigualdades culturais e cognitivas, mesmo que seja verdade que alhures – e é preciso salientar isso – o acesso direto aos sistemas de conhecimento possa ser também uma segunda chance para muitos indivíduos traumatizados pela escola. O que é preciso evitar é a idéia piegas segundo a qual o surgimento destes sistemas de informação transforma radicalmente o estatuto e a economia do conhecimento⁷. Acreditar nisso é sucumbir à ideologia tecnológica.

Em face de todas estas inovações, é necessário conservar uma certa distância, ter em mente o princípio de uma regulamentação e desmistificar a palavra mágica “rede”. Ainda que ela remeta à realidade de uma estrutura, é percebida como símbolo de liberdade, pois permite tecnicamente uma grande velocidade de circulação de informações. Mas a performance da rede não muda em nada no que diz respeito à realidade da estrutura. Não há rede sem ordem, sem escolha, ainda que seja exatamente a idéia de uma ausência total de direção, de organização, de hierarquia que seduz nas redes da informática. Como se qualquer um, navegando, pudesse em alguns instantes *reconstruir* o conhecimento do mundo livremente. Ora, não apenas não existe um tratamento das idéias totalmente livre nas informações e nos conhecimentos, como também estes não existem fora de todo e qualquer contexto social, e principalmente não se reorganizam de maneira aleatória. O conhecimento demanda ordem e tempo.

É esta utopia de um volume considerável de informações

instantaneamente acessíveis por qualquer um, sem competência particular, que é preciso questionar. Visto que se pressupõe estas informações e conhecimentos, colocados na rede sem nenhum controle, naturalmente corretos, objetivos, honestos, desprovidos de erros, de boatos, de vontade de prejudicar ou de mentir. Quando se pensa nas inúmeras dificuldades que encontraram, desde dois séculos, os jornalistas para tentar regulamentar e proteger a liberdade de informação... percebe-se a ingenuidade e o perigo em acreditar que estes milhões de informações disponíveis na Web sejam naturalmente boas, honestas e confiáveis.

Esta questão da *proteção da informação* desapareceria pelo simples fato da emergência de um sistema técnico que permite produzir e distribuir um número considerável de informações? De onde vem este mito de um sistema de informação infinito e gratuito, livre de todas as problemáticas de poder, inverdades e erros? De onde vem esta representação de um cidadão ocidental completamente curioso⁹ esperando apenas estar equipado com um terminal para se tornar um tipo de sábio? Aliás, será preciso algum dia denunciar o uso que é feito dos "científicistas" constantemente convocados para legitimar e caucionar as redes. Em crer em alguns deles, não seria mais possível, para um pesquisador, pensar e trabalhar sem a Net. Na realidade, é preciso relativizar suas proposições de acordo com as disciplinas e as comunidades, salientar que isso nem sempre simplifica as condições da concorrência científica internacional, e não resolve o imenso problema do controle e da validação científica dos enunciados. *Neste caso tampouco basta que as informações circulem rápido para que as ciências avancem com rapidez e mais sabiamente...* Esquece-se muito facilmente que várias aplicações da Net não têm nada a ver com o saber e o conhecimento, mas sim com outros aspectos da realidade de muito mais triviais, e até mesmo sórdidos ou perigosos... E ainda mais, como louvar esta abundância de informações oferecidas a todos gratuitamente, e esquecer que, há uns trinta anos, os economistas viam na acumulação da informação a nova origem das riquezas e do poder? Como explicar esta disjunção: de um

lado, a informação livre de todo poder e de toda hierarquia nas redes, e de outro lado, a informação como nova origem da hierarquia econômica, política e social?

Para além desta utopia de uma informação livre desimpedida de qualquer coerção, existe esta outra utopia de uma acumulação sem limites da informação. Como se o indivíduo pudesse desenvolver um apetite sem fim pelo conhecimento. Quando se reconhecerá que a questão da saturação de informação também faz parte dos problemas gerados pela expansão das redes?

Isto leva a uma reflexão, sem dúvida uma das mais complexas, para o futuro: *reconhecer que há um limite para toda e qualquer comunicação*. Em detrimento de sua extraordinária expansão, será necessário reexaminar o mito contemporâneo de uma abundância ilimitada de informação e de comunicação. Por que reintroduzir esta idéia de limites, no momento em que justamente tudo é possível? Porque, como se viu, não há informação, comunicação sem perdas, erros, falhas, desvios. Enquanto a informação não era tão abundante, a questão do *seu limite* não se apresentava, uma vez que o objetivo era justamente rejeitá-lo. E no momento em que qualquer um tem a impressão de poder fazer de tudo e poder ter acesso a tudo navegando livremente em um oceano de informações é preciso reintroduzir esta realidade ontológica: não é possível uma realidade completa em termos de informação e de comunicação. E quanto mais ambas forem abundantes, maior a necessidade de chamar a atenção para este limite, sob pena de sucumbir a uma visão tecnocrata.

É para o fenômeno simétrico que se passa com a conquista da natureza e da matéria. Esta conquista iniciada no século XVI confirma êxito do homem no século XX: a natureza foi submetida, mas é também o momento quando se percebe enfim a fragilidade, o caráter finito e o indispensável nascimento de uma consciência ecológica para regular os bens por fim raros. Para dizer de outra maneira, a onipotência do homem o obriga atualmente a uma atitude muito mais prudente em relação ao meio ambiente. É a mesma coisa, de forma inversa, com a comunicação. Ontem era rari-

dade, hoje domina a abundância. E é precisamente esta abundância que obriga novamente a uma reflexão normativa para pensar uma economia da informação e da comunicação. Os homens já mais resolveram esta questão inacabada da informação e da comunicação, mesmo que estejam eles mesmos multiconectados e ligados com o mundo. Não somente há um limite para a capacidade de absorção das informações e dos conhecimentos, como também há um limite para a relação entre informação e ação. Se uma é frequentemente a condição para a outra, não se deve crer que muitas informações permitam forçosamente agir melhor, nem que a comunicação possa substituir a ação¹⁰.

3. Enfim, será preciso atingir uma certa contextualização das novas tecnologias, pois estas com demasiada frequência dão a impressão de circularem fora das realidades sociais e culturais. Por isso lembrar que a comunicação nunca é um direito adquirido, que ela é sempre fruto de uma batalha política, que ela tem um custo. Se a comunicação foi durante muito tempo um bem raro e restrito, como ela pode tornar-se tão rapidamente abundante e pacífica, sem que haja uma intervenção em algum lugar de uma transfiguração de estatuto e de uma modificação dos desafios que lhe dizem respeito?

Contextualizar consiste em primeiro lugar colocar as novas tecnologias na história da comunicação, compreender as razões de sua emergência, seus pontos fortes e fracos, e compará-las com as mídias de massa, em resumo, inscrevê-las em uma história, ao invés de apresentá-las como um sistema técnico incomparável. É mostrar o quanto e em que são complementares, concorrentes à escrita, ao rádio e à televisão. Em outros termos, relativizar a idéia segundo a qual elas iniciariam uma página na história totalmente virgem. Quanto mais se fala de "ruptura radical", mais é preciso desconfiar. A história é um excelente antídoto à ideologia da modernidade. Muitos serviços são simultaneamente oferecidos em diferentes suportes; toda a história da informação, aí compreendida a informação automatizada, não começa com a rede, e sua aplicação nos serviços, no comércio e na educação tem um preço.

Nada é novo, nem fácil, nem gratuito, e alguns desdobramentos, por fim portadores de peso e de rigidez, estão bem longe dos ideais de flexibilidade e de agilidade prometidos através de uma grande quantidade de publicidade. Caso não se queira assistir a uma completa e verdadeira revolução é preciso salientar tanto o custo quanto a rigidez, a disfunção e até mesmo a ineficácia em certas situações das novas tecnologias.

Entre os mitos que circulam, um dos mais ativos e profundamente injustos diz respeito ao vínculo que se estabelece entre a capacidade de surfar na rede e a noção de inteligência. As disposições cognitivas necessárias para a utilização destes serviços não são de forma nenhuma sinônimos de inteligência, e os educadores que têm com razão uma forte tradição de resistência a tudo o que é apresentado como revolucionário salientam desde uns dez anos que existem com certeza aptidões completamente desiguais entre adultos e crianças para utilizar a rede, e que não se deve ver em nenhum caso um teste de inteligência.

Neste caso também seria necessário multiplicar as pesquisas nas indústrias, nos serviços, no comércio, nos centros de pesquisa científica, nas empresas, nas escolas, para verificar, caso a caso, como os usuários utilizam estes serviços, estudar os êxitos e os fracassos, os custos e os atrasos, as performances e as contra-performance. Enfim, sair do discurso mítico e entrar em uma *simples lógica de avaliação* como existe para qualquer técnica em nossas sociedades. E esse procedimento é ainda mais necessário nos países pobres. Certamente, estes devem poder se equipar, mas o discurso dos industriais segundo o qual a rede facilitaria o desenvolvimento econômico é falso. Com ou sem computadores, com ou sem rede, a desigualdade existe, seria somente por causa das diferenças de recursos, de pesquisas científicas, de domínio das inovações, de financiamento... O Ocidente está completamente enganado em identificar rede com inteligência e com a idéia de que existe apenas esta racionalidade, sinônimo de modernidade. É sem dúvida na imposição de uma única concepção de tempo, de um único modelo de organização que o imperialismo ocidental é

mais nefasto. Pois atinge profundamente as culturas e as identidades. É evidente que durante uma ou duas gerações os países mais desprovidos aceitarão o tipo de lógica que se opera com estas máquinas, mas atenção ao despertar de civilizações e de culturas, ao menos tão antigas quanto as nossas.

A imprensa que, com algumas poucas exceções, abriu mão de examinar este fenômeno quando se transformou em uma simples representante da modernidade, deveria retomar o seu papel. Ela que quando se trata de política, de negócios, da justiça, das forças armadas, dos comportamentos, da vida pública, se imbuí de seu "direito de saber" e de "inquirir", não sente nenhum tipo de curiosidade em ver "como isso acontece". As mídias deveriam tratar as novas tecnologias da mesma maneira que tratam todas as outras atividades sociais, técnicas e econômicas: avaliar os pontos fracos e fortes, os defeitos e as qualidades. Informar, explicar, criticar. Se a imprensa enfim tomasse um pouco de distância em relação aos serviços e às tecnologias que ela adula há uns dez anos, permitiria aos políticos, e de forma mais ampla aos adultos, abandonar a postura de submissão em relação à revolução da comunicação. Na realidade, muitos entendem que o fato da imprensa tradicionalmente tão crítica e ao mesmo tempo tão ávida de modernidade ser tão entusiasta, sem nenhuma reticência, significa que se trata de uma verdadeira revolução... Dito de outra maneira, a imprensa neste caso desempenha o *papel de mistificação* que ela denuncia constantemente em outras áreas.

Em resumo, é preciso operar uma relativização e uma regulamentação nas novas tecnologias, para que elas se inscrevam no fim no tempo da história das tecnologias e no espaço das sociedades e parem de se apresentar como estando fora de todas as categorias sociais e históricas. Conseguir conscientizar que se trata de tecnologias, que serão algum dia ultrapassadas por outras, e que em qualquer circunstância operam com a informação e a comunicação que são realidades por princípio humanas e sociais, mais complexas que os instrumentos que as transmitem.

PENSAR A COMUNICAÇÃO

Escapar da ingenuidade ambiente no que diz respeito às novas tecnologias consiste em deixar o discurso que opõe a revolução das novas tecnologias ao arcaísmo das mídias de massa. Isto pressupõe três atitudes:

1. Primeiro questionar a *necessidade constante de simplificação* e da corrida para o futuro que consiste em crer que os fracassos humanos e coletivos em matéria de comunicação de hoje serão resolvidos amanhã pelas novas tecnologias. Atualmente a Net e as multimídias têm as graças, mas rapidamente outras tecnologias surgirão, salientando os limites das precedentes, a maior eficácia das novas ferramentas e a urgência em dominá-las... É preciso sair desta *simplificação* recorrente que reduz a comunicação a uma problemática técnica, em todo caso admitir que não há continuidade entre a lógica técnica e a comunicação. Se a técnica pode evidentemente se enraizar em um projeto comunicacional, isto é mais difícil em simetria para a comunicação, pois esta ultrapassa sempre a questão da técnica.

Os políticos estão em ótima posição para sabê-lo, conhecendo a diferença que existe entre *velocidade* de informação e *difículdade* de ação política. Em democracia, se sabe, as condições de ação são lentas; todas as decisões devem ser negociadas e levam tempo para se inscrever nas realidades devido ao caráter muito institucionalizado e burocrático. O que não impede que se considere que um chefe de Estado tenha seis meses para conquistar e que esteja desgastado ao fim de dois anos. Esta diferença entre o ritmo trepidante da informação e a dificuldade em agir cria uma situação efetivamente prejudicial. Os políticos deveriam ser os primeiros a compreender a necessidade de diminuir a pressão da técnica. Uma informação cada vez mais rápida nem sempre é a condição para uma boa decisão política. Se percebe isso nitidamente em caso de crise nacional e principalmente internacional. Em geral é preciso ganhar tempo, evitar tomar decisões sob a pressão dos acontecimentos. As novas tecnologias acentuam esta lógica de urgência e apagam a inevitável complexidade da lógica política.

Concretamente isto quer dizer que é preciso lutar contra a *ideologia da comunicação, em nome mesmo de suas dimensões normativas*. Esta ideologia reduz a comunicação à performance técnica e confunde mundialização da comunicação com a comunicação dos homens e das sociedades. Em comunicação o mais fácil é a técnica, e quanto mais a tecnologia permite mundializar a comunicação mais as incompreensões são visíveis. Estar conectado mutuamente talvez suprima as barreiras do tempo, mas nada pode fazer com aquelas da geografia. As utopias da comunicação que negam as diferenças de interesses e de poderes, assim como da importância cardinal dos climas, do tempo e do relevo, ilustram a fragilidade da reflexão teórica sobre a comunicação.

Tecnologizar a comunicação ou socializá-la continua a ser o desafio central. A visão *materialista* da comunicação privilegia a dimensão técnica e a performance ainda que a visão cultural privilegie, ao contrário, a importância dos modelos sociais e culturais e a tomada de consciência das dificuldades de compreensão. Quanto maior o interesse pela dimensão técnica, maior a adesão a uma visão materialista da comunicação. Quanto maior o interesse pela dimensão social e cultural, maior a adesão a uma visão humanista da comunicação.

Valorizar a comunicação contra a ideologia da comunicação é salientar tudo o que separa a lentidão da comunicação humana, social ou política da performance e da velocidade das tecnologias. É salientar que o ideal da comunicação funcional está do lado da circulação e da performance, da transmissão e da interatividade, da velocidade e da eficácia, enquanto que o da comunicação normativa admite a necessidade da lentidão para a intercompreensão, assim como a importância das diferenças culturais, religiosas, simbólicas e os inevitáveis limites de toda e qualquer aproximação. É lembrar por fim que não existe sociedade sem distâncias, não há vida pessoal nem coletiva contínua sem rupturas e necessidades de interromper a comunicação. Em resumo, pensar a comunicação é saber reconhecer seus limites, é revalorizar a experiência, a duração, a distância, o silêncio e os limites da interatividade. Quando a interatividade

gerar todas as relações sociais, compreender-se-á a necessidade, ontológica, de limitar sua ascendência.

2. Em seguida, *multiplicar as pesquisas* junto ao público, quer dizer, os usuários, receptores, para ver concretamente como os indivíduos se arranjaram, fracassaram e reinventaram. A pesquisa e a comparação colocam as coisas em seu devido lugar e mostram que a utilização principal da Net continua a ser o correio eletrônico e seus serviços conexos. Enfim, a pesquisa permite mostrar a *distância* que subsiste entre os serviços oferecidos e os serviços utilizados. Esclarecer esta defasagem é indispensável para evitar a crença de que todo o mundo deve ficar vinte e quatro horas sobre vinte e quatro na Net! Sair da urgência anunciada pelos novos serviços e verificar como as diferentes comunidades os utilizam permite compreender que não há progresso em passar do telefone ao Minitel e do Minitel à Internet. Realizar pesquisas entre os receptores e os usuários é sempre a maneira para encontrar a *margem de manobra* que os indivíduos, e de uma forma mais geral os povos, inventam para se manter a distância das técnicas, principalmente porque estas coletividades tratam com a informação e com a comunicação, quer dizer, com o que está no âmago da sociedade.

Inquirir também é fazer estudos comparativos sobre as mídias: o que permitiria, por exemplo, acabar com o estereótipo dominante há uns vinte anos segundo o qual haveria um progresso do ponto de vista de uma teoria da comunicação em passar das mídias em que se recebem as mensagens para as novas tecnologias de comunicação nas quais se iniciam as mensagens. Em resumo, acabar com a ideia fixa segundo a qual uma comunicação baseada na demanda seria superior a uma comunicação baseada na oferta, quando qualquer um sabe, por experiência, e desde sempre, que é tão pertinente comunicar a partir de uma quanto de outra lógica. E que em qualquer caso, não há hierarquia entre estas duas formas de acesso à comunicação. Estudos comparativos também deveriam ser realizados entre países para verificar como esta "revolução

mundial" é na realidade vivida de maneira diferente segundo as tradições políticas, culturais, religiosas e estéticas.

Os estudos mostrariam que o desafio deste fim de século e início do seguinte não consiste na comunicação a qualquer preço, mas sim na *gestão da maioria e na coesão das comunidades* em um contexto aberto e democrático. Certamente a questão da liberdade de continuação central para qualquer teoria da sociedade, pois a liberdade individual é ela mesma ameaçada pela burocracia e pela padronização. Mas nós dispomos de códigos culturais e políticos para pensar este problema que já atravessaram dois séculos de conflitos. Em contrapartida, nós ficamos muito mais desarmados para *pensar a maioria democrática*, que é, contudo, a condição para a paz civil no futuro. Nós possuímos uma forte tradição filosófica e política para pensar as condições da comunicação individual. Em contrapartida, nós somos muito mais desprovidos para pensar a questão da maioria. Visto que esta apresenta cada vez mais duas dimensões relativamente contraditórias: o que poderíamos chamar de maioria funcional em um contexto de economias e de sociedades abertas que devem gerar um número crescente de fluxo de informações, e que encontram nas redes as infra-estruturas que lhe são necessárias; e, de outro lado, a maioria normativa que remete à questão central do futuro e da paz mundial. As "mídias de massa", muito menos performáticas, são na realidade freqüentemente mais adaptadas porque são por princípio ligadas à questão do vínculo social.

2. Por fim, mergulhar de novo na história das utopias da comunicação, muito numerosas nestes dois últimos séculos, e todas com raízes em sistemas técnicos. Reexaminar as antigas utopias permite separar as lógicas de repetição e compreender que, desde o século XVIII, que promoveu o indivíduo e a democracia, a questão é sempre a mesma: como articular a eclosão do indivíduo e a inclusão na coletividade? O que atualmente é dito sobre a sociedade da informação já foi intensamente propalado com o surgimento do telefone há um século, do rádio no início do século, do computador nos anos 50, com a televisão a cabo há trinta

anos. Mas quem se lembra? Um contemporâneo dirá ingenuamente que o que não é possível com o cabo o será com a Web. Mas quem lhe anunciará que a sua bela certeza de hoje parece aquela de ontem e que logo o que para ele é insuperável – os prodígios da web – será inevitavelmente ultrapassado? E que um outro da mesma maneira crédulo, sobre a base de tecnologias ainda mais sofisticadas, preverá com a mesma ênfase que a revolução de depois de amanhã será ainda mais extraordinária do que a de amanhã. E assim sucessivamente.

Um outro modelo deve ser fortemente valorizado, o da vulgarização, que desempenhou um papel muito importante, desde o século XVIII. Para preencher o imenso espaço entre as elites e o povo, muitos a partir de 1850 militaram pela vulgarização, principalmente a científica e a política. Será preciso fazer algum dia uma história intelectual e editorial valorizando o papel essencial desempenhado pela vulgarização que há um século não tem nenhum reconhecimento ou legitimidade. O pouco de prestígio de tudo o que diz respeito à complexa questão da vulgarização nas ciências, tecnologia, economia, política... é relacionado com a pouca legitimidade que envolve a questão do grande público. Encontra-se neste caso diretamente a questão da democracia de massa, aparentemente tão desejada, mas tão pouco admirada. A idéia era construir mediações entre uns e outros, entre aqueles que sabem e os que não sabem. *Os intermediários eram os instrumentos da emancipação.* Mas tratava-se de homens e não de tecnologias. Hoje, alguns acreditam que mediação é sinônimo de mediação, e que as técnicas podem fazer ainda melhor do que os homens. Às vezes é verdade, mas o essencial do projeto de vulgarização não se reduz à questão técnica. Continua sendo um projeto político que, aliás, não envelheceu em nada e que permanece o primo-irmão da emancipação política. É preciso lembrar a grandeza deste projeto no momento em que, hoje, o discurso tecnológico faz crer que qualquer um pode fazer qualquer coisa sem intermediário. Existe na realidade no projeto de vulgarização uma teoria da emancipação e de transferência de competências muito mais elaborada do que na idéia

atualmente dominante segundo a qual quanto menos houver intermediários mais se é livre.

A relativização histórica permite compreender também o peso da imaginação humana. A cada etapa, esta se apropria do sistema técnico para resolver o problema de ligação entre as escalas individual e social. Compreende-se que com as técnicas atuais, e ainda mais as novas tecnologias, o sonho de vínculo forte seja ainda o mais sedutor. Reencontrar as utopias anteriores tem a vantagem de historicizar o discurso do momento para mostrar seu caráter contingente. Isto permite lembrar, sobretudo para a comunicação, que o essencial, em detrimento do que é martelado há uns trinta anos, não está do lado das tecnologias. Quanto mais estas são performativas, mais se percebe como elas são incapazes de reter o essencial, a saber, o caráter no final das contas pouco racional das relações entre os homens.

Ao contrário da vulgarização que, do ponto de vista teórico, justifica o papel essencial do intermediário, a outra utopia queria fazer da Net um tipo de *curto-circuito cultural*.

Se a cultura é caracterizada pela capacidade de armazenar numerosas informações, a Internet é de fato uma ferramenta cultural porque a quantidade de informações que ela permite acessar aumenta de maneira vertiginosa. Falava-se de trezentos a trezentos e cinquenta milhões de páginas acessadas na metade de 1998, sem que este número seja verificável. Do ponto de vista do volume, a Internet é então uma chance para a cultura.

Mas considerando uma outra dimensão da cultura – a da duração – as coisas se complicam. Não há cultura sem permanência, sem acumulação. Ora, o próprio da Internet e da cibercultura é, ao contrário, fazer e se desfazer constantemente, negar a idéia mesmo de acumulação. Não há estoque, não há perenidade, há somente fluxo. Se este aspecto movediço tem algo de sedutor no que diz respeito a uma certa moda atual de velocidade, do aleatório, do contingente, compreende-se os problemas que isto coloca do ponto de vista de uma definição de cultura; o volume das mensagens, a velocidade e a interatividade não bastam para constituir

uma cultura quando se sabe que esta é construída pela acumulação, em uma relação constante entre patrimônio e novidade, tradição e modernidade.

Este trabalho incompleto sobre a história das utopias da comunicação mostra o lugar central que a comunicação ocupa na cultura ocidental. Existe de fato uma *arqueologia da comunicação* por realizar para esclarecer a maneira pela qual a comunicação é apresentada na nossa história como conceito central do Ocidente, desde a Idade Média, e com maior força desde o século XVI. O conceito está impregnado nos dois mais profundos movimentos que sacudiram a Europa da Reforma até a Revolução. O mais surpreendente é que este conceito, central para o nascimento do individualismo dos séculos XVII e XVIII, também o foi para o longo processo de emergência da democracia, no século XIX, e da democracia de massa do século XX. Na verdade, nunca será demais dizer: os valores de igualdade e de reconhecimento do outro que estão no âmago da comunicação e da batalha pela democracia liberal foram em seguida os fatores essenciais na emergência de uma sociedade democrática de massa.

Duas conclusões se impõem então. Se a comunicação não fosse um valor central da cultura ocidental, depois da democracia, ela não teria tido *ao longo do tempo* papel de tal importância... Em segundo, a revelação do seu papel histórico durante dois séculos, em contextos muito diferentes, permite compreender a impossibilidade de reduzir a comunicação à única revolução *atual* das novas tecnologias.

É por essa razão que a revalorização teórica da comunicação passa por um trabalho sobre a gênese das modas de pensamento para fazer emergir na consciência histórica a importância dos processos comunicacionais, mesmo que nem sempre seja a palavra comunicação a utilizada.

Haverá uma *Comunicação-turnover*, como houve uma *Linguística-turnover* na primeira metade do século XX, quer dizer, uma tomada de consciência sobre a importância da comunicação como houve uma tomada de consciência da importância da linguística. A passagem de uma para outra é alias muito lógica. De-

pois de ter mesurado a importância dos trabalhos realizados sobre as línguas bem no início deste século, é normal que se perceba a importância da sua utilização através da comunicação. Isto permitirá igualmente relançar uma reflexão essencial sobre o papel da argumentação e da retórica na situação atual de comunicação generalizada¹¹.

O problema essencial não é então de forma alguma ser *contra* ou a *favor* das novas tecnologias de comunicação, mas em saber a partir de qual momento a problemática da comunicação será enfim reconhecida como mais importante do que a das técnicas. De fato será preciso dizer sim, simultaneamente, às mídias de massa e às novas tecnologias, pois ambas remetem a características parcialmente contraditórias. *Sim* a uma reflexão sobre o papel respectivo das duas mídias, sabendo que finalmente elas estão em posição simétrica: com as mídias de massa é a dimensão técnica que se torna secundária em relação ao papel social, que, aliás, se traduz paradoxalmente pela ausência de legitimidade cultural e uma obsessão com a influência e a manipulação. Ao contrário, com as novas tecnologias de comunicação, o que é esquecido é o projeto. Restam somente as performances técnicas que se supõem, por uma espécie de capilaridade misteriosa, que serão a fonte de inspiração de uma nova sociedade.

Mas ao mesmo tempo, é preciso dizer *não* à *comunicação reduzida* a uma performance técnica; e igualmente *não* à ideia de que a performance técnica antecipa uma nova economia da comunicação. Deste ponto de vista, uma reflexão aprofundada deveria, uma vez sedimentados estes conceitos, perseverar para separar definitivamente o que distingue estes dois tipos de mídia, das quais umas pertencem fundamentalmente à lógica da oferta e as outras à da demanda.

Na realidade, a verdadeira linha divisória diz respeito finalmente àqueles que são principalmente interessados pela transmissão, a mensagem ou as condições de interação entre as três lógicas: mensagem, transmissão, recepção. Trata-se neste caso na realidade de três filosofias diferentes de comunicação, que originam

três diferentes teorias. Notar-se-á que a tendência mais frequente consiste em reduzir a comunicação à transmissão ou à mensagem que são abordagens menos complexas do que aquelas que tentam compreender a comunicação como resultado sempre aleatório das interações entre o emissor, a mensagem e o receptor.

Persiste, na maior parte do tempo, um verdadeiro conflito teórico entre as três abordagens da comunicação, conforme o que é privilegiado: a transmissão, a mensagem ou a interação.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- Trata-se aqui de obras ligadas à emergência das novas tecnologias, mas também de livros que analisam algumas evoluções das sociedades contemporâneas, do ponto de vista da cultura ou da mundialização.
- Annuaire de l'Internet francophone. Éditions ELEIS, avec le concours de la Délégation générale à la langue française, 1996.
- BADIÉ, Bertrand. *Un monde sans souveraineté*. Fayard, 1999.
- BANCEL-CHARENSOL, L. *La Dérégulation des télécommunications dans les grands pays industriels*. Économica, 1996.
- BARBER, R., BENJAMIN. *Djihad versus Mc World*. New York, Times Book, 1995. Traduit de l'américain par Michel Valois, Desclée de Brouwer, 1996.
- BOULIER, D., CHARLIER, C. «À chacun son Internet – enquête sur des usagers ordinaires», *Réseaux*, n° 86. CNET, 1997.
- Breton, Philippe. *L'Argumentation de la communication*. La Découverte, 1996.
- Breton, Philippe. *L'Utopie de la communication. Le mythe du «village planétaire»*. La Découverte, coll. «Essais», 1995.
- CANDAU, J. *Mémoire et Identité*. PUF, 1998.
- CHALIAND, G. Rageau, J.-P. *Atlas du millénaire: la mort des empires*. Atlas Hachette, 1998.
- CLAESSENS, Michel. *La Technique contre la démocratie*. Le Seuil, 1998.
- CORBIN, A. *L'Avènement des loisirs (1850-1960)*. Aubier, 1995.
- DELMAS-MARTY, M. *Vers un droit commun de l'humanité. Entretien avec P. Petit*. Textuel, 1996.
- DURPAIRE, Jean-Louis. *Internet à l'école en France*. CRDP de Poitou-Charentes, CNDP, 1998.
- ENAUDEAU, C. *La-bas comme ici. Le paradoxe de la représentation*. Gallimard, 1998.
- ETTIGHOFFER, D., BLANC, G. *Le Syndrome de Chronos*. Dunod, 1998.
- FERRO, M. *L'Information en uniforme: propagande, désinformation, censure et manipulation*. Ramsay, 1991.
- FINKELKRAUT, A. *L'Humanité perdue*. Le Seuil, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Les Conséquences de la modernité*. L'Harmattan, 1994.
- GLASER, E. *Le Nouvel Ordre international*. Hachette Littératures, 1998.
- GOUREVITCH, J.-P. *L'Image en politique. De Luther à Internet et de l'affiche au clip*. Hachette Littératures, 1998.
- GRÉAU, J.-L. *Le Capitalisme, malade de sa finance*. Gallimard, 1998.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. *La Trahison des lumières. Enquêtes sur le désarroi contemporain*. Le Seuil, 1995.

HAGÈGE, Claude. *L'Homme de paroles: contribution linguistique aux sciences humaines*. Fayard, 1996.

HAGÈGE, Claude. *Le Français, histoire d'un combat*. Éditions Michel Hagege, 1997.

HARVEY, Pierre-Léonard. *Cyberespace et communication. Appropriation, réseaux, groupes virtuels*. Québec, Presses de l'université de Laval, 1995.

HERMÈS, na 10. «Espaces publics, traditions et communautés, Les contradictions de l'espace public médiatisé», CNRS Éditions, 1992.

Internet. *Les enjeux pour la France*. AFTEL, Le Téléphone, 1996.

JACOBI, D., SCHIELE, B. (sous la dir. de). *Vulgariser la science. Le procès de l'ignorance*. Seyssel, Champ Vallon, 1988.

JÉANNERET, Y. *Écrire la science. Formes et enjeux de la vulgarisation*. PUF, 1994.

KORZYBSKI, A. *La carte n'est pas le territoire*. Éclat, 1998.

LACROIX, G. *Le Mirage Internet. Enjeux économiques et sociaux*. Vigot, 1997.

MARCUSE, H. *Culture et Société*. Minuit, 1970.

MATTELART, Armand. *La Mondialisation de la communication*. PUF, coll. «Que sais-je?», na 3181, 1996.

MATTELART, Armand. *Histoire de l'utopie planétaire. De la société prophétique à la société globale*. La Découverte, 1999.

MEYER-BISCH, Parice. (sous la dir. de). *La Culture démocratique: un défi pour les écoles*. UNESCO, 1995.

MICHEL, F. (sous la dir. de). *Tourisme, touristes et société*. L'Harmattan, 1998.

MIÈGE, B. *La Société conquise par la communication*. vol. 2, Grenoble, PUG, 1997.

MOULINE, A. (sous la dir. de). *Les Alliances stratégiques dans le domaine de l'information*. Economica, 1996.

NEVEU, E. *Une société de communication? Montchrestien*, coll. «Clefs», 1994.

POINSSAC, Béatrice. *Internet, l'école buissonnière*. Magnard-Vuibert, coll. «Multimédia», 1998.

POUTS-LAJUS, S., RICHÉ-MAGNIER, M. *L'École à l'heure d'Internet*. Nathan Pédagogie, 1998.

PROULX, S. et VITALIS, A. (sous la dir. de). *Vers une citoyenneté simulée. Médias, réseaux et mondialisation*. Apogée, 1998.

RAMONET, I. *Géopolitique du chaos*. Galilée, 1997.

REICH, R. *L'Économie mondialisée*. Dunod, 1993.

RUELLAN, D., THIERRY, D. *Journal local et réseaux informatiques*. L'Harmattan, 1998.

SAUVAGEAU, Florian (sous la dir. de). *Les Politiques culturelles à l'épreuve. La culture entre l'État et le marché*. Institut québécois de recherche sur la culture, 1996.

SENNETT, R. *Les Tyrannies de l'intimité*. Le Seuil, 1979.

SFEZ, L. *Critique de la communication*. Le Seuil, 1990.

SICARD, Marie-Noëlle. *Entre médias et crises technologiques. Les enjeux communicationnels*. Villeneuve-d'Ascq, Presses universitaires du Septentrion, 1998.

SIMERAY, A. (sous la dir. de). *L'Internet professionnel: témoignages, expériences,*

conseils pratiques de la communauté enseignement et recherche. CNRS Éditions, 1995.

SIRINELLI, Pierre. *Industries culturelles et nouvelles techniques*. La Documentation française, 1994.

STENOUE, K. *Images de l'autre. La différence, du mythe au préjugé*. Le Seuil, 1998.

TOFFIER, A. et H. *Guerre et contre-guerre. Survivre à l'aube du XXI siècle*. Fayard, 1994.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. PUF, 1996.

VENNE, M. *Vie privée et démocratie à l'ère de l'informatique*. Sante-Foy, Presses de l'Université Laval, 1996.

VETTRAINEAU-SOULARD, M.-C. *Les Enjeux culturels d'Internet*. Hachette Éducation, 1998.

VIRILIO, Paul. *Cybermonde, la politique du pire*. Textuel, 1996.

VIRILIO, Paul. *La Vitesse de libération*. Galilée, 1995.

VOGE, Jean. *Le Complexe de Babel: survivre à l'âge de l'information*. Masson, 1997.

WHITE, P. *Le Village CNN. La crise des agences de presse*. Presses de l'université de Montréal, 1997.

Rapports

Mc Bride, S. et al., *Voix multiples, un seul monde. Rapport de la commission internationale d'étude des problèmes de la communication*, UNESCO/La Documentation française, 1980.

Rapport sur la communication dans le monde. UNESCO, La Documentation française, 1990.

História das tecnologias de comunicação

Esta história é indispensável para relativizar os discursos sobre "a revolução das novas tecnologias". Primeiro porque mostra o caráter repetitivo destes discursos: o que é prometido hoje, frequentemente já o foi antes. Em seguida porque mostra os vínculos entre a sociedade, a cultura e as técnicas. Enfim porque ela ilustra os pesos diferentes entre os países, em suas formas de receber as tecnologias de comunicação desde um século. Desde trinta anos estes trabalhos são cada vez mais numerosos, mesmo que até agora não tenham conseguido ainda atenuar o discurso sobre "a revolução das novas tecnologias".

BALPE, J.-P., LELU, A., PAPY, F., SALEH, I. *Techniques avancées pour l'hypertexte*, Hermès, 1996.

BARBIER, F., BERTHO-LAVENIR, C. *Histoire des médias: de Diderot à Internet*. Armand Colin, 1996.

BELTAN, A., GRISET, P. *Histoire des techniques aux XIX et XX siècles*. Armand Colin, 1990.

BENSAUDE-VINCENT, B., RASMUSSEN, A. *La Science populaire dans la presse et l'édition. XIX et XX siècles*, CNRS Éditions, coll. «Histoire», 1997.

BERTHO, C. (sous la dir. de), *Histoire des télécommunications en France*. Toulouse, Éres, 1984.

BERTHO, C. *Télégraphes et téléphones, de Valmy au microprocesseur*. Le Livre de Poche, 1981.

BERTHO-LAVENIR, Catherine. *Les Télécommunications*. Romain Pagès, 1991.

CARON, F. *Les Deux Révolutions industrielles du XX siècle*. Albin Michel, 1997.

- CARRÉ, Patrice A. *Télégraphie. Innovation, technique et société au XIX siècle*. Le Téléphone, 1996.
- CARRÉ, Patrice A. *Téléphone d'un temps perdu. Regards sur l'objet technique*. Éditions du téléphone, 1995.
- CHARTIER, Roger. *L'Ordre des livres. Lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV et XVIII siècle*. Alinéa, 1992.
- COMTE, Hubert. *Les Outils du monde*. La Martinière, 1997.
- DESJEUX, D. (sous la dir. de). *Anthropologie de l'électricité. Les objets électriques dans la vie quotidienne en France*. L'Harmattan, 1997.
- EISENSTEIN, Elisabeth. *La Révolution de l'imprimé à l'aube de l'Europe moderne*. La Découverte, 1991.
- ELLUL, J. *La Technique ou l'enjeu du siècle*. Economica, 1980.
- Flichy, P. *Une histoire de la communication moderne. Espace public et vie privée*. La Découverte, 1991. FRIEDMANN, G. *Ces merveilleux instruments*. Denoël, 1979.
- FRIEDMANN, G. *Sept études sur la technologie*. Denoël, 1966.
- GOFFI, J.-Y. *La Philosophie de la technique*. PUF, coll. «Que sais-je?», 1988.
- GRISSET, P. *Les Révolutions de la communication au XIX et XX siècle*. Hachette, 1991.
- GRISSET, P. *Les Télécommunications transatlantiques de la France: entreprise, technologie et souveraineté: XIX-XX siècles*. Rive droite, Institut d'histoire de l'industrie, 1996.
- Interférences: deux siècles de communication à distance. Catalogue d'exposition, Cnam, Aihiti, 1985.
- JEANNENEX, Jean-Noël. *Une histoire des médias: des origines à nos jours*. Le Seuil, 1996.
- LAFITTE, Jacques. *Réflexions sur la science des machines*. Vrin, 1972.
- MATHÉ, Michel. *La Radio*, Milan, 1996.
- MC LUHAN, M. *Pour comprendre les médias. Les prolongements technologiques de l'Histoire*. Le Seuil (trad.), 1968.
- MONTAGNÉ, Jean-Claude. *Histoire des moyens de télécommunication: de l'Antiquité à la Seconde Guerre mondiale*. Éd. J.-C. Montagné, 1995.
- PAGELS, H. *Les Rêves de la raison: l'ordinateur et les sciences de la complexité*. InterEditions, 1990.
- SCHAEFFER, P. *Machines à communiquer*. t. 1, Le Seuil, 1970.

NOTAS

1. Jamais se salientará o suficiente a importância da história da comunicação para relativizar as "promessas" das tecnologias. A França, que tinha uma boa tradição na história da imprensa, está mais atrasada em relação ao rádio, à televisão e às novas mídias. Mas o surgimento de formações universitárias e de diplomas facilita há uns vinte anos a emergência de uma história da comunicação muito útil para contextualizar e relativizar as diferentes revoluções da comunicação. Encontra-se no fim deste capítulo as referências de obras mais conhecidas desta história em plena expansão.
2. Le Monde, 26 de novembro de 1998.
3. Quando do caso CNN-Tailwind, no qual se viu o canal americano publicar um falso furo de reportagem sobre a utilização do gás mostarda na guerra do Vietnã, grupos de discussão foram imediatamente criados para criticar as "mídias sensa-

cionalistas". (Liberation, 5 de julho de 1998)

4. *Elogio ao grande público*. Uma teoria crítica da televisão, op.cit.
5. Ao contrário, um exemplo de pseudotransparência da Net é dado pelo suplemento multimídia do *Liberation* que apresenta um personagem descobrindo a Web: Alain le Neuneu. Ele é claramente desvalorizado porque precisa de ajuda para acessar a Net.
6. Segundo uma pesquisa Eurodata-Mediamétrie, citada pelo *Le Monde* de 3 de outubro de 1998, entre os dez canais europeus mais assistidos, cinco estão ligados ao serviço público. Segundo a mesma fonte, os percentuais de audiência de televisões públicas são de 40,5% na Alemanha, 40,9% na Grã-Bretanha, 51,1% na Espanha, 47,3% na Itália e 43,6% na França.
7. Para um exame detalhado das questões teóricas da televisão e de sua segmentação, ver *Elogio ao grande público*. Uma teoria crítica da televisão, op.cit.
8. Sobre esta questão relativa ao conhecimento no domínio educativo, o programa de ação governamental francês ("Preparar a entrada da França na sociedade de informação") insiste sobre a individualização do ensino (acesso dos alunos diretamente à fonte) e sobre a produção de multimídias para os professores. Mas nenhuma reflexão é incentivada sobre o papel das novas mídias na formação da informação, nem sobre o estatuto de um conhecimento mediado dessa maneira, nem sobre as relações entre esta forma de conhecimento e as outras formas de saber. Com esta utopia da transparência e do *it your self*, se encontrará sem dúvida do mesmo modo, em detrimento dos discursos dos profetas da técnica, os erros que conduziram ao fracasso da televisão educativa nos anos sessenta. Erros esquecidos por todos, mascarados por argumento falacioso segundo o qual os fracassos de ontem eram devidos ao caráter sumário das técnicas de então. Encontra-se ainda a mesma ideologia técnica: a questão do conteúdo fica em segundo plano em relação à performance da técnica.
9. Em sua intervenção no Senado, em 8 de abril de 1998, o senador René Trégouet apresentou uma relação sobre as novas tecnologias intitulada *As pirâmides do poder na rede dos conhecimentos*, quando descreveu assim os valores da sociedade da informação: "Abertura aos outros e às novidades, tolerância à diversidade de opiniões e de formas de expressão, propagação de conhecimentos e do saber, vontade de inovar e de empreender. [...] Implicando uma sede de comunicar e de estar informado".
10. Um dos sintomas interessantes deste fenômeno é a *desproporção* que existe entre a multiplicidade das situações de comunicação e a fraca capacidade de ação que é de fato a do usuário. Se as informações são cada vez mais numerosas e diversificadas, graças às tecnologias de comunicação, o cidadão ocidental ficou apenas com uma pequena parte da realidade por intermédio do seu direito de voto. Isso, no mais, é igualmente verdade para os programas de televisão, sempre mais numerosos e mais facilmente aceitos: se isso amplia a visão de mundo, as fronteiras da realidade psíquica e simbólica se abrem mais lentamente. O *cidadão ocidental torna-se um gigante em matéria de informação, mas continua um anão em matéria de ação*.
11. Cf. Ano Sociológico, "Argumentação e ciências sociais", t. 1 e t. 2, 1994 e 1995, PUF; e Hermès, "Argumentação e retórica", n° 15 e 16, CNRS Éditions, 1995.